

FOCO Vestibular: Diversidade na Universidade

Elizabeth de Melo Rico¹, Pedro Aguerre²

¹ Professora na Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, Pesquisadora do NEATS (Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor), PUC-SP, São Paulo, Brasil. E-mail: bmblico@uol.com.br ; ² Professor na Faculdade de Economia e Administração da PUC-SP, Pesquisador do NEATS, PUC-SP, São Paulo, Brasil. pedroaguerre@uol.com.br

Resumo: O Programa Suplementar FOCO Vestibular foi uma experiência realizada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) como projeto de extensão vinculado às Pró Reitorias de Graduação e Cultura e Relações Comunitárias que teve por objetivo oferecer aos alunos de baixa renda, especialmente afrodescendentes e indígenas com histórico de formação no Ensino Médio em escolas públicas, uma programação complementar gratuita destinada a ampliar suas possibilidades de ingresso e permanência no ensino superior: oferecendo 140 vagas ao ano em dois campi da Universidade. Teve por missão contribuir para a inserção e reinserção do jovem no sistema educacional e complementar as ações da família e da comunidade na proteção e desenvolvimento de adolescentes no fortalecimento de vínculos familiares e sociais desta população.

Palavras-Chave: acesso ao ensino superior, formação complementar, educação inclusiva, ações afirmativas, populações afrodescendentes, indígenas.

Title: Vestibular focus: Diversity in university

Abstract: The Supplementary Program FOCUS Vestibular was an experiment conducted at the Catholic University of São Paulo (PUC-SP) as an extension project linked to the Pro Rectors of Graduation and Culture and Community Relations. The Project aimed to provide to the low-income students, especially African descendants and Brazilian native indigenous people that had a formal education in public schools, a free complementary course designed to increase their chances of admission and permanence in higher education: offering 140 vacancies a year on two campuses of the University. The Supplementary Program FOCUS Vestibular had the role of contribute to the integration and reintegration of youth in the educational system, complement the family and community actions in the protection and development of adolescents and strengthen family and social ties of these populations.

Keywords: further education, inclusive education, affirmative actions, African descendants, Native Brazilian indigenous.

Título: FOCO Vestibular: Diversidad en la universidad

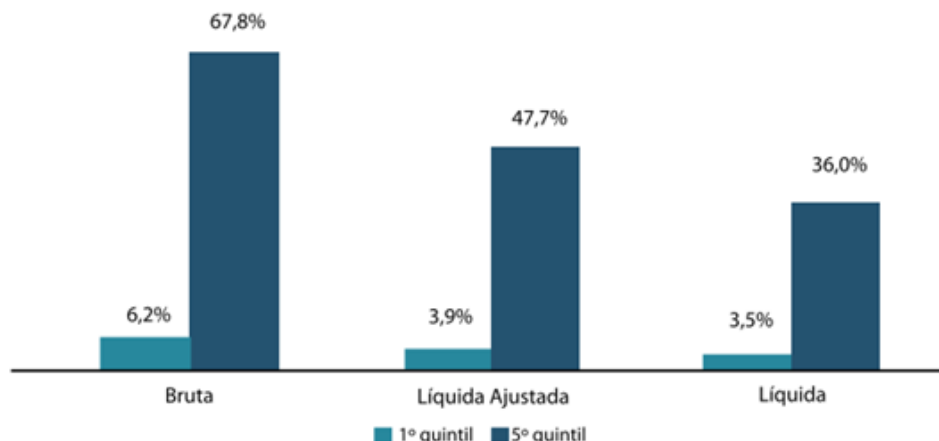
Resumen: El Programa Suplementar FOCO Vestibular fue una experiencia realizada por la Pontificia Universidad Católica de São Paulo (PUC-SP) como proyecto de extensión vinculado a las Pró Rectorías de Graduación y Cultura y Relaciones Comunitarias que tuvo por objetivo ofrecer a los alumnos de bajos ingresos, especialmente afrodescendientes e indígenas con histórico de formación en la enseñanza media en escuelas públicas, una programación complementar gratuita destinada a ampliar sus posibilidades de ingreso y permanencia en el enseñanza superior, ofreciendo 140 plazas por año en dos campus de la Universidad. Tuvo como misión contribuir para la inserción y reintegración del joven al sistema educacional y complementar las acciones de la familia y de la comunidad en la protección y desarrollo de adolescentes en el fortalecimiento de vínculos familiares y sociales de esta población.

Palabras Clave: acceso a la enseñanza superior, formación adicional, educación inclusiva, acciones afirmativas, poblaciones afrodescendientes e indígenas.

Introdução

O acesso ao Ensino Superior, no Brasil, principalmente nos cursos de maior procura em relação às vagas oferecidas, tem sido tradicionalmente restrito a uma camada social economicamente privilegiada como demonstrado no gráfico a seguir:

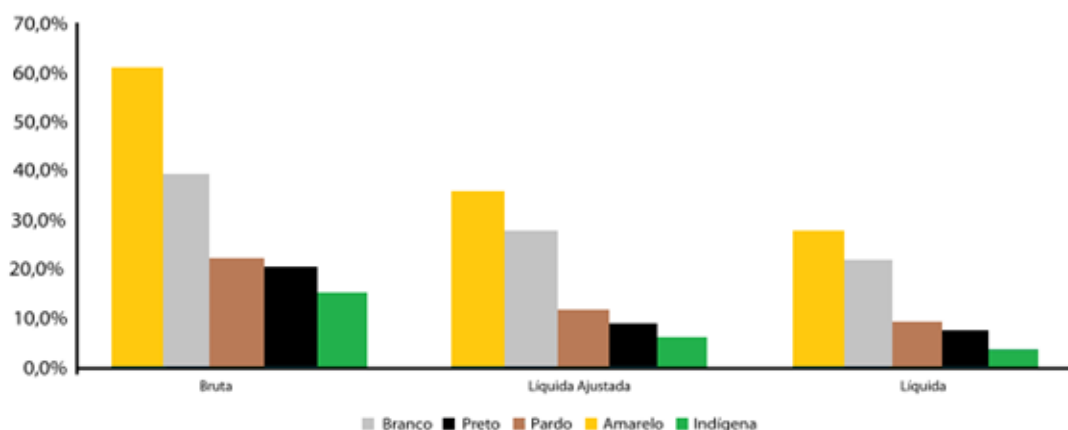
Gráfico 1 – Taxas de Escolarização na Educação Superior, segundo o Quintil de Renda – Brasil – 2012



Fonte: IBGE, 2012. Gráfico elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do PNAD.

Observa-se que a taxa de escolarização na Educação Superior do Quintil mais rico supera em mais de 10 vezes a taxa do quintil mais pobre, nos 3 tipos de taxas. Embora essa possibilidade de acesso tenha-se ampliado nas últimas décadas, as populações de baixa renda, incluindo a esmagadora maioria de negros e indígenas, estão em desvantagem no acesso a estes cursos.

Gráfico 2 – Taxas de Escolarização na Educação Superior, segundo raça/cor – Brasil-



Fonte: Brasil. IBGE, 2012. Gráfico elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do PNAD.

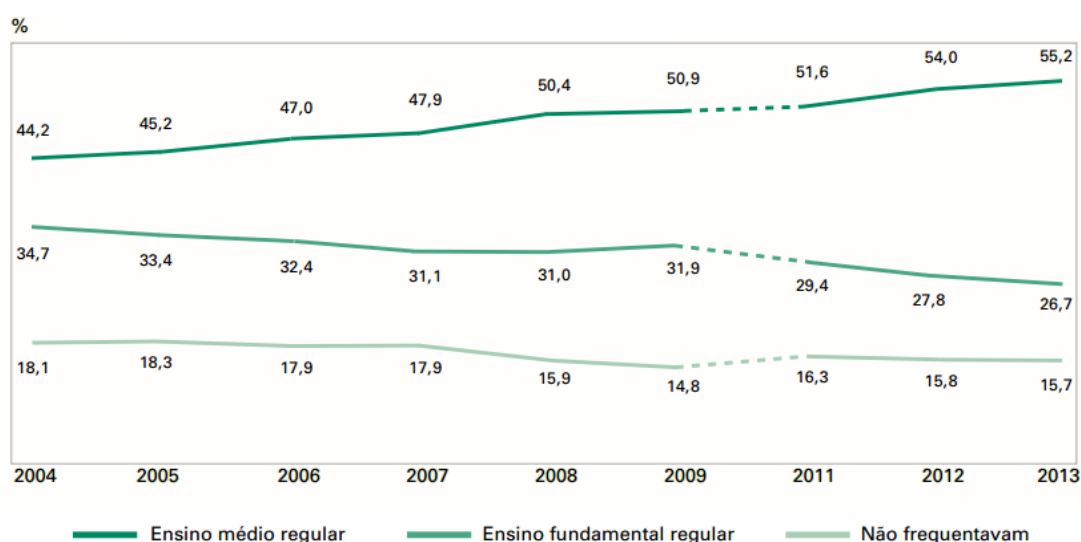
Observação: Como no ano de 2010 é realizado o Censo Demográfico, não se dispõe, nesse ano, dos dados da PNAD.

A conclusão do ensino básico, que inclui os três anos de ensino médio previstos para os jovens de 15 a 17 anos, um objetivo chave das nações, não é obrigatória

constitucionalmente no Brasil. No País, assim como no conjunto da América Latina, é muito significativa a parcela dos jovens de 15 a 17 anos que ou não chegam ou não concluem o ensino médio, ainda que se possam registrar importantes avanços nas últimas décadas:

Entre 1995 y 2003, el porcentaje neto [bruto] de matrículas en la enseñanza básica [no Brasil o ensino fundamental] subió de 91% para 95% en toda América Latina. Fue la enseñanza media, sin embargo, la que obtuvo el mayor aumento de alumnos en el período mencionado. En toda la región, el porcentaje neto de matrículas de los alumnos en la enseñanza media subió de 33% para 64% sobre la población de referencia. En Brasil, el porcentaje de matrículas en la enseñanza media subió de 19% en 1995, para 72% en 2003 (Aguerre, 2006, p. 9-10).

Gráfico 3 - Proporção das pessoas de 15 a 17 anos de idade que frequentam ensino médio, fundamental regulares ou não frequentam instituição de ensino - Brasil - 2004-2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013. Gráfico IBGE

NOTA: Exclusiva Educação de Jovens e Adultos (EJA), supletivo, Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA), curso superior e pré-vestibular.

O gráfico 3 evidencia que apenas 55,2% desses jovens frequentam o ensino médio regular. Apesar da regularização do fluxo escolar graças à diminuição da evasão e da reprovação escolar (IBGE, 2014) mostrando que apenas a metade dos alunos ingressa no ensino médio na idade prevista, mantendo-se parcela da juventude alijada da continuidade dessa etapa de estudos e contribuindo para a permanência de elevadas taxas de distorção idade-série. Os reflexos dessa irregularidade estão na proporção de pessoas de 25 a 34 anos de idade com ensino superior completo: em 2012 o Brasil tinha apenas 15,2% de formados nesse grupo, 24 pontos percentuais abaixo da média da OCDE (OECD, 2014).

É pertinente relatar que o acesso ao ensino superior, evidenciado pela sua desigualdade, levantou discussões importantes, trazendo políticas públicas específicas e ações afirmativas bem como mudanças legislativas, como a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, chamada de “Lei das Cotas”:

Enquanto a Lei das Cotas reserva 50% das vagas para alunos egressos do ensino médio público com renda domiciliar per capita inferior a 1,5 sm, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE mostra que esse grupo representa 86,7% da demanda potencial ao ensino superior. Como existe uma relação forte entre a renda domiciliar per capita e a cor/raça autodeclarada, dentre os estudantes do ensino médio público com renda inferior a 1,5 sm, 60% eram não brancos; e entre os estudantes do ensino médio público com renda superior a 1,5 sm, apenas 40% se autodeclararam não brancos. (Carvalho & Waltenberg, 2015).

Apesar da ação afirmativa das “Cotas”, autores de referência no assunto levantam críticas a um sistema vigente no estado de São Paulo, o sistema de bonificação (Feres Júnior & Campos, 2014):

“Experiências como as da USP e Unicamp têm demonstrado que o sistema de bonificação conduz a resultados tímidos, senão nulos, no que concerne à meta de incrementar a quantidade de candidatos de grupos desprivilegiados que ingressam na universidade (Unicamp, 2013; USP, 2008). Além disso, sabe-se que esse sistema, quando eficaz, comumente resulta em uma distribuição desigual dos candidatos beneficiados entre os cursos: aqueles mais prestigiosos e disputados são pouco tocados pelo sistema de bonificação, enquanto aqueles menos competitivos costumam ser mais impactados por essa modalidade de ação afirmativa.

Na perspectiva etnicorracial, o Censo 2010 mostrou ser de cerca de três vezes a distância entre o percentual de brancos e negros jovens que cursaram o ensino superior, ou seja, respectivamente, 15% e 5%:

...em 2009, enquanto 45% das pessoas com ensino médio completo provinham de famílias relativamente pobres (com renda familiar de até 3 salários mínimos), entre os ingressantes do ensino superior, essa proporção caía para 39%. Considerando apenas as pessoas com ensino médio completo, 50,3% se declararam não brancas enquanto entre os ingressantes dos cursos de graduação a incidência desse grupo era de apenas 36,4%. (Carvalho e Waltenberg, 2015)

Soma a este quadro quantitativo as críticas de deficiências quanto à qualidade da educação, incluindo menores investimentos nas escolas situadas nas regiões periféricas, contribuindo para o desinteresse dos alunos e a evasão. Além da pressão para o ingresso precoce no mercado de trabalho, nesta etapa, os mais vulneráveis têm maior dificuldade de se promover, seja no sentido do acesso e permanência na escola seja na preparação para o ingresso e um desempenho satisfatório no ensino superior.

A questão da qualidade considera que o aluno deve, no interior da Escola, se beneficiar da escolarização, ou seja, se alfabetizar e aprender. No mesmo artigo afirma-se, ainda que “en Brasil, por ejemplo, no todos los niños y adolescentes tienen el acceso a la escuela garantizado, o sea, ellos se hayan excluidos de la escuela, y aun en el caso de aquellos que lograron entrar en la escuela, se observan altos índices de reprobaciones (exclusión en la escuela) y evasión (exclusión de la escuela)” (Aguerre, 2006, p.15). E continua, citando Ferraro:

“la noción de exclusión, desdoblada en las categorías exclusión de la escuela y exclusión en la escuela, podría dar unidad teórica a toda una serie de fenómenos corrientemente conocidos como no acceso a la escuela, evasión, reprobación y

repetición, todos relacionados con el proceso escolar, pero tratados, frecuentemente, por separado” (Aguerre, 2006, p.16).

No ensino superior privado, os programas ProUni (Programa Universidade para Todos) e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) são as principais modalidades de ações afirmativas em vigência. Através do ProUni os estudantes recebem bolsas de estudo parciais e integrais custeado por isenções fiscais para estas instituições. De 2004 (quando o programa nasceu) até 2012, aproximadamente um milhão de estudantes foram beneficiados. O FIES, através da Caixa Econômica Federal, pode financiar até 100% dos estudos do estudante que comprovar ser de baixa renda (renda familiar geralmente insuficiente para arcar com todos os gastos decorrentes da frequência a uma faculdade). O bolsista parcial prounista também pode financiar a outra parte dos seus estudos através do FIES.

Com relação aos cursinhos pré-vestibulares com fins lucrativos existentes na cidade de São Paulo e no Brasil, embora alguns deles ofereçam vagas para negros e indígenas, geralmente não apresentam um programa específico quanto ao conteúdo, estratégias de ensino e de preparação específica do seu corpo docente para atender esses contingentes populacionais. A estratégia mais comum que utilizam é a de fazer ‘vestibulares simulados’ gratuitos visando oferecer bolsas aos melhores colocados, o que não favorece o público de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, aqueles cursinhos que têm a finalidade específica de atingir as populações de maior vulnerabilidade, na maior parte das vezes, ou carecem de infraestrutura material, didático-pedagógica e de docentes qualificados para alcançar tais objetivos, ou não atuam especificamente na perspectiva de uma ação afirmativa etnicorracial. Ademais, muitas vezes esses cursinhos camuflam intenções comerciais e não a inclusão educacional desses segmentos sociais:

“Em 2005/2006, o número de aprovados de escola pública caiu ainda mais, de 20% para 18,5%, isso, como já se registrou neste ensaio, em um cenário em que o ensino público estadual responde por 85% do total de matrículas do ensino médio.” E continua “...é ainda pequena a proporção de alunos universitários de baixa renda, provenientes de escolas públicas nesse vestibular [FUVEST]. As ações para reverter a situação atual ainda são insuficientes”(Mirtulis & Penin, 2006, p. 280).

É nesse contexto que, “representando os interesses dos novos grupos de concluintes da educação básica, proliferaram, a partir do final dos anos 90, movimentos sociais com um duplo objetivo: preparar segmentos populares para acesso ao ensino superior, mediante a organização de cursinhos pré-vestibulares, gratuitos ou sem fins lucrativos, e pressionar órgãos de governo por ações afirmativas de inclusão social no que tange às oportunidades de continuar os estudos em nível superior “(Mirtulis & Penin, 2006, p. 275). Alguns deles, afirmam ainda, “de perfil racial, afirmam inscrevem-se em uma concepção de ação afirmativa de caráter compensatório, lutando pela reparação de injustiças sociais”.

FOCO Vestibular é o nome fantasia de uma proposta de *Formação Complementar para Vestibulandos*, desenvolvida no âmbito universitário, com o objetivo de atender aos alunos de baixa renda, afrodescendentes e indígenas que estivessem cursando o terceiro ano do curso médio, ou já o tivessem concluído, oriundos de escolas públicas.

Experiências como a do Programa FOCO, que aqui será relatada são, a nosso ver, indispensáveis para enfrentar esses problemas propiciando o fortalecimento do jovem

para a vida cidadã, ingresso no ensino universitário bem como a melhoria da qualidade de sua inserção no mundo do trabalho.

O Programa Suplementar FOCO Vestibular foi uma experiência realizada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) como projeto de extensão vinculado às Pró Reitorias de Graduação e Cultura e Relações Comunitárias que teve por objetivo oferecer aos alunos de baixa renda, especialmente negros e indígenas com formação no Ensino Médio em escolas públicas, uma programação complementar gratuita destinada a ampliar suas possibilidades de ingresso e permanência no ensino superior. No último período desta experiência eram oferecidas 140 vagas ao ano nos campi Barueri e Santana da Universidade, totalizando mais de dois mil alunos matriculados nos dois campi, no período.

Diferenciou-se de outros cursinhos comunitários pela perspectiva adotada de formação e de organização curricular. Quanto à formação, a perspectiva de caráter humanista, intercultural, com atividades de valorização da diversidade cultural e racial. Quanto à organização curricular privilegiou a compreensão e expressão dos conhecimentos das diferentes áreas, com caráter interdisciplinar, envolvendo o aluno na produção de conhecimentos, na diversidade de linguagens e modos de expressão, dividida em quatro módulos específicos: dimensão do espaço, dimensão do tempo, cultura e subjetividade.

Os pressupostos que influenciaram o desenvolvimento dessa experiência têm por base o combate às desigualdades sociais construídas historicamente no Brasil, dentre as quais destacam-se aquelas vivenciadas por negros e indígenas, grupos etnicorraciais massacrados pelo racismo. O professor de Questões Étnico-Raciais do Programa, Jarbas Nascimento reflete:

O fato de entendermos o racismo como impulsionador e produtor da desigualdade motiva-nos a colaborar no processo de desconstrução da mentalidade racista e discriminatória existente entre nós e a estabelecer políticas e projetos de combate a esse comportamento. É importante lembrar que a imposição de leis e regras que determinam igualdade para todos e que punem aqueles que praticam ações racistas não é suficiente para o alcance de uma universalização de direitos (Nascimento, 2010, p.69).

Nascimento (2010) aponta que o combate às desigualdades sociais necessariamente inclui políticas institucionais de intervenção para que se possa garantir no acesso à Universidade populações pobres, bem como negros e indígenas, grupos sociais historicamente diminuídos e que enfrentam diariamente preconceitos e a iniquidade da discriminação racial.

Entende-se que nos anos recentes o Brasil com sua política de cotas vem avançando o acesso à universidade das populações pobres, negras e indígenas. O que ainda constitui um desafio é a permanência dessa população na Universidade. Para o aluno trabalhador, com dificuldades de acesso a outros serviços sociais como assistência, habitação e saúde, em especial, o desafio de permanecer no ensino superior chega a ser quase intransponível. Dados recentes (PMSP, 2014) sobre a mobilidade na cidade de São Paulo, apontam que o morador chega a gastar diariamente uma média de quase 4 horas nos seus deslocamentos. O conjunto dessas variáveis demonstra que a permanência no ensino superior é um grande desafio para essas populações.

Os idealizadores do Programa Foco entendiam que afirmar a diversidade entre pobres, negros e indígenas no processo de educação significava realizar um enfrentamento à “sociedade de controle” (Deleuze, 1998). São as novas tecnologias de poder-saber, dispositivos da sociedade disciplinar (Foucault, 2007) que projetam os fatores de risco, desconstruindo e construindo indivíduos segundo os possíveis locais de irrupção do perigo, medidos por estatísticas em relação às normas e médias. Ottaviani (2010), idealizador do programa afirma:

As periferias das grandes cidades - lugar da residência da maioria dos pobres, negros e indígenas não aldeados – são projetadas pela profusão de estatísticas que traçam o padrão de normalidade como o lugar da violência, tornando, por isso, o alvo privilegiado dos novos dispositivos de saber-poder da “sociedade de controle”. Pobreza e violência nos dispositivos da sociedade de controle estão indissociáveis (Ottaviani, 2010, p.26).

Nessa lógica, pobres, e em especial os negros, são vistos como virtualmente propensos à criminalidade, sendo portanto uma ameaça à sociedade. Portanto mais do que prendê-los ou exterminá-los, os mecanismos de controle governamentais e privados investem no confinamento das populações pobres nas áreas periféricas dos centros urbanos. Ottaviani acrescenta mencionando Passetti (2007):

Os dispositivos da sociedade de controle instituem um novo tipo de racismo, com base no local de moradia: moradores de favelas e das periferias são expostos a todo tipo de violência policial e do narcotráfico (quase sempre indissociáveis)[...]. Além disso tais populações tornam-se alvo de uma profusão de programas de “inclusão social” [...]. Em nome de uma nova moral de responsabilidade social, toda a população é convocada para a participação em programas de atendimento e inclusão social, capturando as resistências e consolidando o que Passetti denomina conservadorismo moderado” (Ottaviani, 2010, p.27).

O programa FOCO Vestibular pretendeu superar a dicotomia entre desiguais, o novo tipo de racismo conforme menciona Ottaviani, ao trazer para a universidade pobres, negros e indígenas. Pretendeu produzir um novo espaço de vivência universitária, alargando a sua fronteira institucional. Proporcionando aos professores a realização de um projeto de extensão aos alunos (participantes do programa) um estágio que não se limitasse à reprodução dos valores vigentes- atrelados a um modelo profissional a serviço do mercado, das empresas e do estado.

A experiência analisada teve seu desenvolvimento entre os anos de 2005 a 2013. Nesses oito anos o FOCO aperfeiçoou sua metodologia pedagógica e social. Ao final de 2013, diante de mudanças ocorridas na legislação de filantropia, o Conselho Superior de Administração da Universidade decidiu encerrar as atividades de alguns projetos de pesquisa e extensão, entre eles o FOCO Vestibular, a partir de uma avaliação e realinhamento de prioridades. Ao longo de sua história, o FOCO teve grande relevância para a Universidade por diversos motivos relacionados a excelência acadêmica e à pertinência social, mas também pelo fato de que esse mecanismo de apoio aos concluintes do ensino médio, para postularem vagas no ensino superior e terem acesso às crescentes oportunidades de bolsas de estudos nesse estágio educacional se enquadrava no requisito do atendimento à população economicamente carente ajudando

a Universidade na obtenção da Certificação de Filantropia¹ reduzindo a carga de tributos pagos ao Estado (Rico,2014).

1. Objetivo do trabalho

Nosso objetivo na apresentação deste trabalho é realizar um resgate teórico e empírico da experiência diferenciada do Programa FOCO Vestibular quanto à sua perspectiva social – referente às atividades de acompanhamento e formação de vínculos dos alunos atendidos pelo projeto – integrada com a perspectiva pedagógica de caráter interdisciplinar. Ao trazer esta experiência para o debate acadêmico, estimulamos sua disseminação e a discussão de seus elementos constitutivos e aprendizados obtidos, na perspectiva de ampliar o debate público a respeito da viabilidade de iniciativas deste tipo no âmbito das instituições de ensino superior, e de fomentar outras iniciativas na mesma direção. Acrescente-se que está em curso a realização de pesquisa, durante o ano de 2015, pelo NEATS (Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor-Programa de Pós Graduação em Administração da PUC-SP), sob a coordenação dos pesquisadores que assinam este artigo, com vistas à ampla sistematização dos dados desta experiência de inserção do jovem na educação superior e no mundo do trabalho. Neste sentido, o presente artigo busca abrir uma discussão, ainda de forma preliminar, e que será aprofundada e ampliada.

2. Histórico do programa Foco

O *Foco Vestibular* nasceu como uma dentre as inúmeras histórias produzidas na PUC-SP, ao se colocar ao lado das lutas populares, ousando inventar novas práticas coletivas de convívio que corporifiquem resistências às tecnologias políticas de dominação. A particularidade desta Universidade revelou-se, por um lado, em plena ditadura militar, na coragem política de empreender uma gestão transparente com a participação democrática de toda a comunidade, escolhendo seus gestores mediante eleições diretas e governando com base em uma pluralidade de conselhos de representantes eleitos em processos regulares com regras acordadas pela comunidade; por outro lado, na realização de um ambicioso programa de inclusão social, por meio de uma política de bolsas e projetos didáticos pedagógicos de atendimento psicológico e social para o alunado de baixa renda. A PUC-SP se afirmou no cenário nacional como uma instituição de reconhecida qualidade acadêmica de caráter público, contudo não-estatal, com um forte viés comunitário.

No início de 2005, atendendo a um convite das então denominadas Vice-Reitorias Acadêmica e Comunitária, alguns professores das disciplinas de Prática de Ensino, dos cursos de Língua Portuguesa, Inglesa, Francesa, Geografia, Biologia, História, Física e

¹ A Certificação de Filantropia concedida pelos Conselhos Municipais de Assistência Social com base na Lei 8.742/1993 e nas Resoluções nº 109/09 e 17/11 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) especifica o enquadramento no “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” voltado para adolescentes de 15 a 17 anos e idosos, onde o FOCO necessitou se adequar. As organizações privadas que são certificadas como filantrópicas possuem a possibilidade de descontar no seu imposto de renda devido os investimentos realizados nos programas e/ou projetos desde que demonstrem os gastos efetuados de acordo com os termos da lei.

Matemática se uniram para compor um grupo de trabalho que elaborasse uma primeira versão do projeto piloto de extensão denominado Formação Complementar para Vestibulandos, tendo como nome fantasia *FOCO-Vestibular*.

Nessa época, o denominado “movimento dos cursinhos populares” emergia em todo o território nacional, reivindicando vagas na universidade, colocando na agenda política do ensino universitário o problema da exclusão das populações com maiores dificuldades de acesso a essas oportunidades.

A PUC registrava iniciativas para melhorar o acesso à educação de indígenas como o pioneiro programa de reserva de vagas no exame de ingresso ao ensino superior (vestibular) para essa população, com o cuidado de um acompanhamento para que a mesma permanecesse na Universidade, com os menores índices de evasão possíveis, o Projeto Pindorama², criado em 2001, que veio a se tornar um importante parceiro do Foco Vestibular.

O que movia aquele grupo de professores era uma vontade de ativar a potência de ensino e pesquisa na criação de um projeto que movimentasse a Universidade para a produção de um novo espaço de vivência universitária, alargando a sua fronteira institucional. Para tanto, proporcionou-se aos professores a realização de um projeto de extensão e aos alunos um estágio que não se limitasse à reprodução dos valores vigentes, restrito a um modelo profissional a serviço do mercado, das empresas e do Estado.

Ao final do primeiro semestre de 2005, apresentou-se um projeto que, indo além da discussão acadêmica, se experimentasse no próprio ato de realização, imbuído da ideia de que “pensar é também a arte de fazer no tempo oportuno: uma atividade que se faz história” (Otavianni & Rico, 2013, p.3).

No segundo semestre de 2005 iniciou-se assim, o FOCO Vestibular, com uma turma de 50 alunos no campus de Santana, como mais uma experiência a somar-se à pequena oferta existente. Estas modalidades alternativas aos sistemas formais são na maior parte compostas de cursos comunitários, que embora muito importantes do ponto de vista da cidadania e da conquista da autonomia dos jovens de periferia, são geralmente desenvolvidos por professores voluntários, sujeitos à falta de recursos e a interrupções ou descontinuidade pedagógica dificultando atingirem índices satisfatórios de promoção e auxílio para o ingresso no ensino superior.

Sem recursos financeiros, mas com a grande disposição dos envolvidos, constituiu-se uma equipe formada pelos professores da Prática de Ensino e assessores da Vice Reitoria Comunitária – VRACOM e da Pastoral Universitária da PUC-SP. Desta forma:

...o FOCO-Vestibular foi se configurando, no decorrer do processo, como um autêntico espaço de vida universitária, enquanto atividade própria que se faz por si mesma. Os alunos foram afetados e afetaram os professores com as marcas da sociedade em que vivem, com suas histórias de resistências, com sua riqueza de vida e estratégias de sobrevivência em meio à precariedade de recursos materiais, pela pluralidade de exercícios da sexualidade, pela cor da pele – em sua maioria formada de negros –, pelo convívio de distintas gerações e níveis de escolarizações - jovens e adultos estudantes do ensino médio e outros tantos, que já o tinham concluído havia um bom tempo, por distintos credos religiosos e sem nenhuma

² O Projeto Pindorama acompanha até os dias de hoje os alunos indígenas que ingressam na universidade. Os mesmos são isentos do pagamento das mensalidades.

religião. Fomos atingidos pela diferença e experimentamos o gosto pela mistura. (Ottaviani & Rico, 2013, p.3).

No final do ano de 2005, os coordenadores do Programa perceberam que a continuidade do experimento dependia de propiciar sua viabilidade financeira. Foi então que se concorreu a uma licitação pública do Ministério da Educação (Unesco/MEC/Secad), intitulado *Projetos Inovadores de Curso - Diversidade na Universidade* sendo o projeto aprovado para ser financiado no ano de 2006. Ampliou-se, a partir de então, o número de vagas para 120 e foi aberta uma nova turma com 60 alunos, no Campus Barueri. Neste momento, integrou-se ao trabalho uma equipe de estagiárias do Serviço Social, sob coordenação de uma professora do mesmo curso, tendo a incumbência não apenas de elaborar pesquisas e pensar políticas de permanência dos alunos do Foco, mas também fazer a coordenação pedagógica dos estagiários. Recrutaram-se também professores colaboradores para a criação de um espaço de discussão das questões etnicorraciais de indígenas e negros.

Em 2007, os coordenadores do Programa voltaram a concorrer em uma licitação aberta pelo MEC/Secad, vencendo novamente. Assim, o trabalho acabou tendo um importante aval de uma instituição nacional e outra internacional. Todavia, no final de 2007, o Projeto Inovador de Cursos – PIC - da Unesco/MEC/Secad se encerrou, ensejando novos desafios. Como dar continuidade ao FOCO Vestibular, mantendo a proposta e viabilizá-la financeiramente? A PUC-SP e, nela, especificamente o espírito guerreiro, a gana e persistência de muitos dos docentes e membros da comunidade envolvidos que já havia revelado a sua grande potência de resistência e força para empreender projetos era novamente desafiada a superar os novos obstáculos. Neste contexto, obtêm-se, em 2009 uma grande vitória: a PUC-SP institucionaliza o Programa FOCO Vestibular (PUC-SP, 2009).

Pode-se atribuir a institucionalização do Programa FOCO Vestibular, a um encontro com os interesses institucionais da PUC-SP por diversas razões:

- programa de política de ação afirmativa para as populações afrodescendentes e indígenas e setores carentes oriundos do ensino público, experiência relevante em face dos processos de avaliação institucional junto ao MEC;
- programa social que contribuiu para a Mantenedora da PUC-SP cumprir a exigência contida na Legislação de Filantropia no que tange a inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência Social onde atua (campus Santana, no município de São Paulo e em Barueri);
- programa de referência para cursos interdisciplinares ;
- programa que agregava ensino, pesquisa e extensão, articulação fundamental para no âmbito das metas que uma Universidade deve perseguir na busca da excelência acadêmica e pertinência social;
- oferecia campo de estágio para alunos das licenciaturas, de serviço social, pedagogia e administração;
- recebeu por duas vezes premiação do Ministério da Educação sendo a primeira referendada pela UNESCO;
- foi escolhida em 2007, dentre todos os projetos comunitários da PUC-SP para concorrer ao Prêmio “Melhores Universidades” (Ottaviani, 2010).

3. Sobre o programa Foco

O início do Programa FOCO, em 2005, como uma experiência piloto visava desenvolver no aluno a capacidade de reflexão e intervenção crítica na realidade bem como a produção de conhecimento em relação a temas que lhes proporcionassem o resgate da cidadania. A partir daí, contribuiria para o seu acesso a cursos superiores, melhorando o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM³ e nas provas de ingresso ao ensino superior (vestibulares), ampliando as chances de concorrer às bolsas e vagas do Prouni, o programa do Governo Federal que financia o acesso ao ensino superior privado a alunos economicamente carentes.

A partir de 2009, como já mencionado, o FOCO Vestibular se institucionaliza na PUC-SP (PUC-SP, 2009), constituindo uma estrutura de gestão (RICO, 1999) inovadora e singular, haja vista a tarefa de articulação de diversos órgãos e atores institucionais com finalidades e modos de atuação específicos, tendo o aluno ou egresso de escola pública como o centro focal de toda a ação. De fato, o FOCO Vestibular parece constituir uma experiência exitosa do ponto de vista institucional, no campo da integração inter-universitária, articulando também parceiros externos.

A coordenação geral do Programa foi composta por um colegiado: coordenador jurídico-administrativo, coordenadora didático-pedagógica⁴ e coordenador de serviço social. Esse colegiado trabalhou na gestão pedagógica articulado com docentes e especialistas em questões etnicorraciais e com os coordenadores das áreas de conhecimentos dos cursos de Licenciatura (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia, História, Filosofia). Também estavam envolvidos os estagiários de serviço social, pedagogia, administração e mídias digitais, realizando a interação com os setores internos (Clínica Psicológica, Pastoral Universitária, CGE- Coordenadoria Geral de Estágios, Programa Pindorama, Assessoria Jurídica) e externos da Universidade (CIEE-Centro de Integração Empresa - Escola, Escolas Públicas Municipais, CRAS- Centro de Referência em Assistência Social, CAPS- Centro de Apoio Psicossocial, ONGs assistenciais).

No que tange ao ensino, propriamente dito, destaca-se a participação das áreas acadêmicas dos bacharelados e licenciaturas responsáveis pela formação dos professores de diversas áreas do conhecimento, tais como os cursos de Letras, História, Geografia, Física, Química, Biologia, Matemática, Serviço Social, Pedagogia, Ciências Sociais, Administração de Empresas e Mídias Digitais. Um dos objetivos que foi se consolidando na prática do Programa foi justamente contribuir na formação de docentes com proficiência e capacitação para atuar na rede pública de ensino, área sensível da política de educação no Brasil.

Essa articulação de atores mostra-se, de fato, um elemento diferencial do FOCO em relação a outros cursos pré-vestibulares. Outro elemento, como já citado anteriormente, foi a concepção sociopedagógica e desenho institucional orientados à formação integral do estudante, por meio da oferta de elementos e instrumentos que o ajudassem na

³ O ENEM avalia o desempenho dos alunos que cursam o último ano do ensino médio por meio de testes de conhecimentos. Os alunos com melhores pontuações garantem o acesso a Universidades Federais e possuem maiores chances de se classificar nos exames dos vestibulares ou de obterem bolsas de estudo nas particulares.

⁴ A coordenação didático-pedagógica foi exercida por uma das autoras deste trabalho durante os anos de 2011 a 2013.

descoberta e resgate de sua autoestima (Ottaviani & Tótor, 2010) tendo, como condição prévia a criação de um ambiente de respeito às diversidades e de combate às práticas de racismo (FONSECA, 2012) e discriminação de gênero ou em qualquer outro nível. No Programa FOCO, 55% das vagas eram destinadas a alunos afrodescendentes e indígenas, na perspectiva de uma ação afirmativa de direitos, razão do nome do Programa. Um elemento destacado para o aprimoramento do desenho institucional, conforme já mencionado anteriormente, foi a parceria com o Programa Pindorama da PUC-SP de acompanhamento ao aluno indígena após seu ingresso na Universidade, incluindo a realização de oficinas etnicorraciais, cumprindo disposições das leis 11645/2008 e 2693/2013.

O FOCO Vestibular não apenas não tinha finalidade de lucro como isentava o aluno de pagamento. Uma vez matriculados, os alunos podiam dispor de um programa totalmente gratuito orientado em proporcionar elementos fundamentais para o ingresso e a permanência na Universidade, além do desenvolvimento de atividades que favoreciam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Evidentemente, tanto os alunos que ainda estudam ou que já concluíram o ensino médio, dos quais a maioria ainda trabalha, em atividades de reduzida remuneração, ao dedicar-se ao Cursinho despendem recursos limitados para se locomover e dar conta de suas necessidades pessoais. Ou seja, dedicar-se ao Cursinho é uma decisão que tem implicações, que requer um investimento material e existencial relativamente alto do aluno.

O Serviço Social atuava integrado ao programa, com a responsabilidade pelo processo seletivo dos alunos interessados em ingressar no FOCO acompanhando-os durante todo o período letivo (março a novembro).

Para alcançar o objetivo da gratuidade, o Programa contou, após sua institucionalização, em especial, com o auxílio financeiro de parceiros jurídicos, como foi o caso do CIEE (Centro de Integração Empresa e Escola), ao custear as bolsas de estágio dos alunos-docentes e de auxiliares administrativos, para além da contrapartida técnica e financeira da própria Universidade. Esta instituição durante os anos de 2012 a 2013 foi responsável, portanto, pela remuneração de 21 alunos-estagiários com funções docentes, dois funcionários administrativos e pelos custos das oficinas temáticas.

Para atender seus objetivos vale reforçar ainda outras situações de parcerias do FOCO com diferentes serviços existentes na Universidade, dentre os quais, Coordenadoria Geral de Estágio (CGE) e Pastoral Universitária. Quanto às parcerias externas, para além do CIEE, destacamos escolas públicas municipais e estaduais (onde o projeto era divulgado com vistas à captação de alunos).

O público alvo do programa compreendia uma população com renda per capita de até um salário mínimo e meio que, dada sua trajetória educacional, teria imensas dificuldades de acesso não só às universidades públicas como, inclusive, às particulares. Jovens moradores das regiões periféricas do município de Barueri e de bairros distantes da área central de São Paulo em sua maioria caracterizados como estudantes trabalhadores cursando o ensino médio e que, portanto dispunham apenas do sábado para se preparar para os vestibulares. Apesar do acompanhamento semanal realizado diretamente pelas equipes pedagógicas e de serviço social a evasão foi um elemento sensível que chegava a 50% e 60% nos meses de outubro e novembro quando ocorrem as provas do ENEM e se aproximavam os vestibulares.

Vale aqui uma reflexão. O Serviço Social, responsável pela seleção socioeconômica dos postulantes ao Programa também acompanhava os alunos participantes com o

objetivo de auxiliá-los, mas também procurando formas de maximizar o tempo de permanência no Cursinho, mesmo que em determinado momento antes do fim do período esta viesse a se consumir. Manter-se num cursinho pré-vestibular significa por um lado uma possibilidade de acesso ao ensino superior e, por outro, uma ampliação de qualificação com impacto na inserção no mercado de trabalho. A evasão no FOCO Vestibular conforme indicado, contudo, apresentava elevado e alarmante índice. Todavia, se tinha clareza de ser esta uma questão estrutural, que atinge, como assinalado ao se apresentar dados de matrículas, o conjunto dos alunos do ensino médio (e mesmo os que cursam o ensino superior), nas camadas populares da população, em um país como o Brasil. Pitarello (2010) afirma que o processo de evasão é uma decorrência de inúmeros fatores que incluem os processos que determinam ou dificultam o acesso à educação bem como daqueles que levam os alunos à desistência ou abandono do curso. A dificuldade em realizar um cursinho aos sábados após o aluno ter trabalhado 40 a 44 horas semanais poderia ser uma explicação que, por si só, revelasse o principal motivo da evasão. Mas esta situação só corroborava ser o problema bem mais complexo, gerador de limitações mais amplas que quaisquer iniciativas dessa natureza necessariamente têm, seja num Cursinho seja numa formação voltada à recreação e fruição cultural, ou a conteúdos de cidadania e participação social. Como superar esta limitação, foi uma questão que a gestão do FOCO Vestibular procurou trabalhar constantemente. Quais as razões para esses índices de abandono?

Alguns apontamentos dos jovens em diálogos nas redes sociais referiam uma situação que poderia explicar uma parte do problema. Em um contexto de ascensão socioeconômica das camadas mais pobres da população e diante de uma ampliação das ofertas de opções para ingressar no ensino superior e novos mecanismos de financiamento da educação, estes alunos muitas vezes se viam em condições de serem aprovados em cursos de baixa concorrência, que atendiam às expectativas de inclusão social dos jovens participantes do Cursinho FOCO, mesmo que abrindo mão de uma preparação mais esmerada e cuidadosa. Mas, por ser uma questão nova, diferente dos primeiros anos da experiência pedagógica, não houve tempo de aprofundar o estudo e hipóteses relacionadas à evasão nos últimos anos.

De qualquer forma, não se perdeu a perspectiva de aprimoramento contínuo do Programa, da sua gestão e busca de resultados. Um exemplo foi a introdução, em 2012, após se verificar a viabilidade junto aos alunos, do FOCONLINE (Lima, 2013). Através da plataforma MOODLE de ensino assistido por meio da Internet, o aluno passou a realizar tarefas e atividades pedagógicas *on-line*, durante a semana, uma vez que suas aulas ocorriam presencialmente durante os sábados. O FOCONLINE foi uma das estratégias planejadas com vistas a contribuir para a permanência do aluno no Programa evitando a evasão.

O quadro abaixo apresenta o número de alunos que frequentaram o FOCO no período entre 2006 e 2013.

Quadro 1 - Alunos matriculados no Foco Vestibular entre 2006 e 2013

Localidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Santana	348	287	205	156	96	149	71	81	1.393
Barueri	50	92	73	91	49	110	111	80	656
Total	398	379	278	247	145	259	182	161	2.049

Observa-se que quando da criação do programa há um ingresso maior de estudantes do ensino médio (2006 a 2008). A partir do momento que o FOCO se institucionaliza (2009) há um decréscimo na admissão, refletindo mudanças no padrão da procura pelo Curso. De fato, a relação de aprendizado depende de turmas de tamanho adequado, nunca muito numerosas, o que é uma característica frequente dos cursinhos populares. De outra parte, esse dado é explicado por uma exigência de maior rigor no processo seletivo do FOCO, quando a Universidade buscou garantir que os alunos que realizavam o cursinho se adequassem às exigências da legislação sobre filantropia ⁽¹⁾. Em outras palavras, para alcançar a isenção de tributos federais obtida pela comprovação dos serviços filantrópicos precisaria demonstrar que o atendimento do Programa FOCO estava direcionado a alunos que possuíam até um salário mínimo e meio de renda *per capita*, ampliando a exigência de gestão e a seletividade na escolha dos alunos beneficiários. Esta demanda de gestão envolveu os processos de divulgação e arregimentação de alunos e impactou nos processos de seleção e registro das informações.

É claro que a exigência de maior focalização terá sido um fator de inflexão estratégica no Programa, a ser melhor compreendido no âmbito de pesquisas mais aprofundadas, com impacto e repercussões sobre todo o processo pedagógico. De um lado, mudou a característica de acolhimento mais ou menos universal, a partir dos critérios anteriores (vir de escola pública, podendo ou não fazer jus ao recorte etnicorracial proposto). De outro lado, esta restrição socioeconômica deve ter possibilitado de fato uma aproximação e atendimento a alunos/as que apresentavam maior vulnerabilidade social, reforçando a pertinência do Programa.

4. Sobre a metodologia do programa

O percurso metodológico do programa que compreende os aspectos formativos de aquisição e produção de conhecimentos, fruto de discussões entre os idealizadores da proposta, se dava por intermédio de diferentes e múltiplas estratégias permitindo o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes). Esse percurso buscava permitir ao aluno apropriar-se dos conteúdos programáticos do ensino médio através de uma seleção de temas que imprimia nesses mesmos conteúdos um movimento de atualização e novos sentidos aproximando-se da multiplicidade encontrada na realidade concreta, suas relações e conflitos (Deleuze, 1998).

Essa concepção metodológica supõe que a realidade deve ser apreendida não como um objeto oferecido ao conhecimento que, por sua vez, necessita de um determinado método para abordá-lo. Ao contrário, a relação entre realidade e conhecimento é concebida como dinâmica. Assim, a realidade deve ser vista como produção contínua, por meio da qual se opera a construção de novos problemas, em que tanto o sujeito quanto o objeto se constituem nesse processo:

Múltiplas são as interpretações, relações e sentidos políticos, bem como as vivências coletivas, que tecem no tempo e no espaço uma realidade sempre em movimento. Os sujeitos não são pré-existent a uma dada realidade, mas são seus móveis constituintes e imanentes. As fissuras nas formas congeladas de assujeitamentos se dão através da colocação e criação de problemas que suscitam uma insistente problematização, lançando-se para o questionamento dos valores estabelecidos e a uma crítica da cultura vigente quando estes não mais respondem à defesa e à

valorização da vida, do pluralismo, das diferenças e da criação de um mundo partilhado (Ottaviani & Rico, 2013, p.7).

Um posicionamento crítico compreende desta forma a afirmação e construção de novos percursos em que se resgate a autonomia e a dignidade dos agentes do saber, respeito às suas falas, suas histórias e experiências acumuladas e experimentadas de forma inovadora. Um empreendimento verdadeiramente ousado confere aos alunos o protagonismo do saber, das práticas e se abre para uma mistura em que o produto é um outro diferente: trans-formação.

Imprimir ao termo formação um sentido de trans-formação compreende um saber-fazer com base em práticas problematizadoras que impulsionam as relações cotidianas entre os professores e alunos evidenciando suas diferenças, promovendo encontros e estimulando pequenas invenções no cotidiano de formação. Tais práticas diferem daquelas que se filiam a padrões, manuais e regras gerais que seguem princípios invariantes para a realização de um percurso cognitivo (Ottaviani & Rico, 2013).

Desta forma, de cunho interdisciplinar, a aquisição e produção de conhecimentos tinha a preocupação de provocar ressonâncias entre as áreas de conhecimentos – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias - por meio do tema abordado em cada um dos módulos compreendidos pela estrutura curricular: Módulo I – Produção dos Espaços; Módulo II-Dimensões do Tempo; Módulo III – Culturas; Módulo IV – Produção das Subjetividades.

Os temas transversais foram estruturados nos módulos bimensais, cada um deles distribuídos em oito semanas nas quais se alternavam as diferentes áreas de conhecimentos com as disciplinas de referência. Os eixos temáticos se constituíam como geradores do processo interdisciplinar, o que era discutido e reforçado nas reuniões mensais de discussão com toda a equipe de professores (Ottaviani & Tótor, 2010).

Eram também realizadas atividades de preparação para o exame do ENEM com base nas quatro áreas de conhecimento, articulando as disciplinas. A atividade de cada área constituía-se a partir de uma questão problema, que era trabalhada interdisciplinarmente.

Ao final de cada módulo temático eram realizadas oficinas agregando os alunos, professores e estagiários. Essas oficinas eram coordenadas pela equipe pedagógica e realizadas pelos alunos/usuários, resultando em produções inéditas, publicadas em vídeo e em textos. As oficinas proporcionavam aos alunos, também, uma sistematização dos conteúdos gerados nos módulos do tema em questão, traduzidos em múltiplas linguagens expressivas da realidade vivida.

Fazia parte dessa programação visitas monitoradas a museus e centros culturais, visitas a comunidades indígenas, participação em manifestações populares, como o 1º de Maio, atividades do Dia da Consciência Negra, Semana de discussão da Questão Indígena.

É preciso que se reafirme a importância do acompanhamento social e pedagógico ao aluno desde o processo seletivo, e durante todo o ano letivo buscando superar dificuldades como aquelas de ordem socioeconômica que podiam gerar impedimentos da sua permanência no curso. A introdução, em 2012, do acompanhamento semanal *on-line* das atividades pedagógicas pelo site (www.foconline.com.br), conforme mencionado anteriormente, permitiu realizar um acompanhamento pedagógico mais sistemático por

meio de uma inscrição do aluno FOCO no sistema PUC-SP. Por esta sistemática, os professores das várias disciplinas podiam auxiliar os alunos a resolverem exercícios, esclarecer dúvidas e incentivá-los a interagir mais com o universo universitário. Foi criado perfil no Facebook entendendo-se que esse tipo de linguagem aproximava o programa de formação e preparação com a Universidade e entre todos os atores envolvidos. Esta estratégia permitiu maior controle sobre a recorrente evasão (Pitarelo, 2010), conforme nossas reflexões no item anterior deste trabalho. Para compreender e atuar nessa questão, em 2011 foi realizada uma pesquisa, pelo Serviço Social (Pitarelo, 2011), que levantou de forma mais sistemática o contexto e os motivos da evasão.

5. A respeito dos resultados obtidos

Alinhamos a seguir alguns resultados preliminares de avaliação do programa FOCO Vestibular, elaborados no âmbito do processo de sistematização da experiência em desenvolvimento junto ao NEATS, relativa aos seus últimos três anos de existência:

a) Ingresso na universidade: do total de alunos que frequentaram o FOCO Vestibular em 2012 e 2013, 20% ingressaram em universidades. A maioria ingressou em FATECs (faculdades tecnológicas estaduais) e universidades particulares com bolsas integrais e/ou de 50%. Na PUC-SP o ingresso ocorreu, em sua maioria por indígenas. Abaixo, alguns depoimentos de alunos que ingressaram em universidades (os grifos são nossos):

“Olá, pessoal do FOCO, tudo bem?”

*Então, os vestibulares que prestei para ano de 2013, foram a FUVEST e o ENEM. Pelo SISU consegui uma bolsa na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) no curso de Filosofia. E passei para segunda fase da FUVEST, também para filosofia, mas pela primeira chamada para a matrícula eu não passei, estou no aguardo das demais chamadas. Assim, fica garantida a matrícula na **UNIFESP** mesmo, universidade que a meu ver é muito boa. **O curso FOCO me ajudou bastante, as matérias de português, história, geografia** e todas as outras foram de muita utilidade. Ah, e não posso esquecer dos trabalhos de campo (rsrs). Muito obrigada! Karinna” (fevereiro de 2013).*

*“Olá Kayo (estagiária do setor pedagógico) e Sabrina (secretária) tudo bem? Eu estou muito feliz, consegui entrar na **UNIFESP**, vou cursar **CIÊNCIAS SOCIAIS** e quero compartilhar com vocês, que contribuíram com toda dedicação e profissionalismo. Ontem **efetuei a matrícula, e quero pessoalmente agradecer a todos os professores e coordenadores do cursinho**. Obrigada, Marluci” (fevereiro de 2013).*

*“Oi Kayo, eu prestei várias faculdades, porém não passei em nenhuma. Mas **participei de um concurso de redação** da minha escola com apoio do clube Rotary Internacional, **ganhei o concurso de redação em primeiro lugar**, e através disso **ganhei uma bolsa integral (100%)** para fazer **Direito na FIG-Unimesp** (faculdade de Guarulhos). É isso que tenho pra contar! Abraços!!! Linda Melo” (fevereiro de 2013).*

*“Kayo, Boa tarde! Eu prestei vestibular na **faculdade FAPSS (Faculdade Paulista de Serviço Social)** para o **curso de Serviço Social**. Passei e começo a faculdade hoje. **Obrigado pela oportunidade de ter tido as aulas no FOCO**, com certeza indicarei para meus amigos que precisarem. Obrigada! Kaique” (fevereiro de 2013).*

*“Quero agradecer a todos os professores do FOCO e principalmente ao Professor Marcos Farias, pois minha nota alta na redação foi devido a você hehehehe. **Por conta do Foco tirei uma nota boa no ENEM e consegui bolsa de 100% no ProUni, em uma bela faculdade de tecnologia, a Faculdade Bandeirantes. Obrigado a todos :) Matheus Yoroi**” (fevereiro de 2013).*

b) Houve uma melhoria, no ano de 2013, no desempenho dos nossos alunos/usuários nos exames do ENEM em relação aos anos anteriores. Os melhores desempenhos ocorreram em língua portuguesa, história, física, biologia e geografia.

c) A formação de professores nas diferentes áreas temáticas, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Geografia, Filosofia, História, Biologia, Matemática, Química e Física, ocorreu regularmente uma vez que o FOCO foi campo de estágio das referidas licenciaturas.

d) Quanto às pesquisas realizadas, destaca-se pesquisa sobre evasão realizada pela equipe de serviço social entre os anos de 2006-2010, produção de materiais didáticos realizados pelos professores e estagiários do programa que são utilizados em sala de aula pautados no PNLD (Plano Nacional do Livro Didático).

e) Em relação às pesquisas de IC (iniciação científica) e TCCs (trabalhos de conclusão de curso), para o relato desta experiência nos utilizamos de duas delas, que constam na bibliografia anexa.

f) Registra-se uma importante reflexão em livro, produzido e publicado a partir das experiências da coordenação geral, dos vários professores do Programa FOCO e das Oficinas indígenas e etnicoraciais, intitulado “FOCO Vestibular: um experimento da diferença”(Ottaviani & Tótor, 2010).

g) Em relação a outros itens, destacamos o trabalho de fortalecimento de vínculos, ampliação do acesso aos direitos sócioassistenciais, redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social ocorreu em 2013, por solicitação do COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social), a contratação de uma assistente social e uma psicóloga para o Programa, que passaram a atuar, em conjunto com a Coordenação Geral.

Destacamos, ainda, com base, nas matrículas ocorridas nos anos de 2012 (182 alunos) e 2013 (161 alunos), nos dados de ingresso às universidades, nos dados de avaliação do programa realizados pela equipe do FOCONLINE e nos depoimentos dos alunos que o FOCO contribuiu com esses jovens na compreensão da sua realidade social e cultural; que a metodologia de trabalho desenvolvida os incentivou a se sentirem mais confiantes, inclusive permitindo melhoria em sua condição de trabalho, aí incluídas situações de promoção de cargos e salários. Foi com relativa frequência que os mesmos organizaram-se em eventos culturais fora dos campi e em confraternizações/reuniões dentro dos campi.

Outra questão refere-se ao modelo de gestão construído ao longo da caminhada, com elementos de gestão social, na medida em que construía relações horizontais e colaborativas entre atores com racionalidades e atribuições distintas, tendo como resultante não só a obtenção dos resultados-fim necessários, mas também integração entre os alunos, professores, equipes de serviço social, pedagogia, psicologia e área administrativa, mostrando-se também, portanto, um experimento institucional e organizacional relevante.

6. A título de conclusão

Para finalizar este relato científico, observamos que as informações institucionais e os dados da pesquisa em curso, foram organizados a partir da experiência concreta da pesquisadora que também assina este artigo na coordenação do Programa. A experiência relatada reflete uma prática na perspectiva de uma educação inclusiva. Podemos afirmar, embora sem ainda acessar as conclusões da pesquisa em andamento, numa primeira aproximação, que o trabalho no programa representou uma perspectiva de resistência à reprodução dos mecanismos de poder, bem como dos procedimentos que por sua fragilidade, dobram-se a eles:

Mecanismos esses que sujeitam, mas não auxiliam na construção da subjetividade; que dão vazão a sentimentos mesquinhos de apoderamento do outro, tornando-o dócil e capaz de executar um comando ou de acatar uma determinada ordem...mecanismos que disciplinam mas não formam a pessoa; que a ensinam a fazer mas não a ensinam a criar...(Ottaviani, 2010, p.21).

A atuação junto a segmentos populacionais de menor acesso aos benefícios sociais coletivos mostra-se um caminho a ser seguido. Experiências deste tipo, contudo, merecem continuidade, uma vez que há um caminho longo até as ações afirmativas não serem mais fundamentais para a equidade e para a construção de uma sociedade menos desigual. A construção na prática, como demonstrado neste artigo, é um processo que vai produzindo o adensamento de uma experiência, mas que vai gerando novas indagações. Compreender melhor o público, como e onde buscá-lo, aprimorar o acompanhamento de cada um das pessoas, compreender quanto a evasão se deve às oportunidades que vão se apresentando aos jovens ou a descompassos da prática pedagógica às expectativas e necessidades desses jovens, são algumas das questões importantes que ainda não estão suficientemente respondidas.

Para além do desafio da sistematização e de uma avaliação pormenorizada da presente experiência, esta já pode vir a ser mais debatida nos meios acadêmicos, na direção de afirmar os pressupostos da prestação de serviços educacionais favorecedores da inclusão e da integração das dimensões do fazer acadêmico na PUC-SP. Acreditamos tratar-se de um caminho a ser seguido, inclusive por outras instituições de ensino superior, não só por seu inovador desenho institucional, mas pela condição que teve de criar sinergias internas, articulando ensino, pesquisa e extensão, e sinergias externas, com parceiros e, principalmente, com o sistema público de ensino e suas alunas e alunos, reconhecidos como sujeitos de direitos. O que nos permite sublinhar que, juntas, todas essas dimensões, terminaram fazendo do FOCO Vestibular um experimento da diferença e que fez, de forma profunda, diferença para todos os que nele estiveram envolvidos.

7. Referências bibliográficas

Aguerre, P. (2006) Educación en situaciones de pobreza en América Latina: Un reto urgente para los países y gobiernos locales. *Trabajo realizado como aporte técnico para el Encuentro Intermedio del Proyecto Urbal de la Red 10 – Lucha contra la pobreza Urbana, intitulado “El Ausentismo Escolar como indicador de violación de los derechos humanos: Un reto a las políticas públicas”, coordinado por la ciudad de Viña del Mar, Chile, con apoyo de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad de Valparaíso.*

- Carvalho, M. M. & Waltenberg, F. B. (2015). Desigualdade de Oportunidades no Acesso ao Ensino Superior no Brasil: Uma Comparação entre 2003 e 2013. *Econ. Apl.* 2015, vol.19, n.2, pp. 369-396.
- Deleuze, G. (1998). Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle. *Conversações. Rio de Janeiro. Editora 34.*
- Deleuze, G. (2006). Francis Bacon: Lógica da Sensação. *Rio de Janeiro. Zahar.*
- OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development (2014). Education at a glance 2014: OECD indicators. Paris: OECD. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/Education-at-a-Glance-2014.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.
- Feres Júnior, J.; Campos, L. A. & Daflon, V. T. (2013). Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. *Revista de Ciências Humanas* (Viçosa), v. 2, p. 399-414.
- Feres Júnior, J. & Daflon, V. T. (2014). Políticas da Igualdade Racial no Ensino Superior. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, v. 5, p. 31-43.
- Fonseca, S. A. de P.F. (2012). Os desafios em sala de aula no ensino de África no contexto racial e a cultura afro-brasileira. *São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. PUC-SP.*
- Foucault, M. (2007). Vigiar e Punir. 33ª. ed. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Lima, G.C. (2013). Interação Humano-Computador: o desenvolvimento de um site. *São Paulo. TCC. PUC-SP.*
- Mitrulis, E. & Penin, S. T. S. (2006). Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à equidade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 128, maio/ago, 273.
- Nascimento, J.V. (2010) Racismo, ações afirmativas e os desafios da promoção da igualdade. In E. Ottaviani & S. Tótorá (Orgs.), *Educação e Extensão Universitária. Foco Vestibular. São Paulo. Paulinas: EDUC.P. 65 a 74*
- Ottaviani, E. (2010) Pastoral, missão, fracasso e estratégias de superação. In E. Ottaviani & S. Tótorá (Orgs.), *Educação e Extensão Universitária. Foco Vestibular. São Paulo. Paulinas: EDUC.P. 33 a 55.*
- Ottaviani, E. & Rico, E. de M. (2013). Programa Suplementar Foco Vestibular: Plano de Ação para Inscrição de serviço, programa, projeto e benefício sócioassistencial junto ao CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social). Campus Barueri da PUC-SP.
- Ottaviani, E. & Tótorá, S. (Orgs.). 2010. Educação e Extensão Universitária. FOCO Vestibular: um experimento da diferença. *São Paulo. Paulinas: EDUC.*
- Pitarello, M. (2010). Acesso e permanência do aluno no FOCO Vestibular: alvos da atuação do Serviço Social. In E. Ottaviani & S. Tótorá (Orgs.), *Educação e Extensão Universitária. Foco Vestibular. São Paulo. Paulinas: EDUC.P.75-102.*
- Pitarello, M. (2011). Estudo de Evasão FOCO 2006 a 2010: Apresentação de uma síntese. *PUC-SP. São Paulo.*
- Passetti, E. (2007). Poder e Anarquia. Verve. São Paulo, Nu-Sol, v. 12, março.
- PUC-SP. (2009). Ato de institucionalização do Programa FOCO de Extensão Universitária de Formação Complementar para Vestibulandos. *Deliberação no. 04-2009.*
- Rico, E. de M. & Raichelis, R. (1999). Gestão Social: uma questão em debate. *São Paulo. EDUC: IEE.*
- Rico, E. de M. (2012). Parcerias e Alianças Estratégicas: o caso do Programa Suplementar FOCO Vestibular. Palestra Semana Acadêmica PUC-SP. São Paulo.
- Rico, E. de M. (2014). Foco Vestibular: diversidade na universidade. *Relato de Experiência. Encaminhado ao VIII ENAPEGS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social). Bahia. Brasil.*